



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 04/2026

Aos 3 dias do mês de agosto de 2026 (segunda-feira), às 10h30, reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o Excelentíssimo Desembargador **Helcio Dantas Lobo Junior**, Presidente da Comissão, os(as) Excelentíssimos(as) Desembargadores(as) **Tereza Aparecida Asta Gemignani**, **Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira**, **José Otávio de Souza Ferreira**, **Eder Sivers**, **Renato Henry Sant'Anna** e **Hélio Grasselli**, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Francisco Duarte Conte**, Presidente da AMATRA XV e representante da magistratura do primeiro grau, e o Servidor **José Aristéia**, Presidente do SINDIQUINZE e representante dos servidores deste Tribunal. Ausentes, justificadamente, as Excelentíssimas Desembargadoras **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes** e **Ana Cláudia Torres Vianna**. Participaram, como convidados, o Sr. Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, e o Sr. Secretário de Orçamento e Finanças (SOF) deste Tribunal, **Marco Antônio Fernandes**. Secretariaram os trabalhos o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Newton Cunha de Sena, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O Excelentíssimo Desembargador Helcio Dantas Lobo Junior declarou aberta a reunião e, agradecendo a presença, a disponibilidade e o comprometimento de todos, deu boas-vindas aos participantes.

Iniciando os trabalhos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão trouxe à discussão o primeiro tema da pauta, concedendo a palavra ao Sr. Diretor-Geral:

Exercício 2026 - Execução orçamentária





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Sr. Diretor-Geral informou que foram executados do orçamento do exercício de 2026 deste Tribunal, até o dia 30 de julho, 60% da rubrica de "Pessoal", 55% da rubrica relacionada a "Benefícios" e 45% do orçamento destinado a "Custeio".

O Exmo. Desembargador Renato Henry Sant'Anna questionou se haverá necessidade de suplementação orçamentária neste ano e se o CSJT mantém a praxe de repasses financeiros sem correção, tendo sido esclarecido pelo Sr. Diretor-Geral que haverá necessidade de suplementação para o Tribunal fazer frente às despesas anuais com honorários periciais da justiça gratuita e, provavelmente, para despesas de custeio, e que o CSJT repassa os valores consignados no orçamento sem correção, o que, no entanto, não afeta, em regra, a execução do custeio.

Finalizado o tema acima, o Presidente da Comissão passou ao segundo item da pauta:

Exercício 2027 - Confirmação da proposta orçamentária encaminhada

A respeito do orçamento para 2027, informou o Sr. Diretor-Geral o seguinte:

- a proposta orçamentária considerou, para a rubrica "Pessoal", um montante que teve por base os vencimentos de junho/2026,;
- com relação a verbas de "Custeio", o valor inserido na proposta orçamentária contou com uma correção monetária de 4,64%, insuficiente, todavia, para cobrir todas as despesas;
- relativamente a honorários periciais da justiça gratuita, o orçamento de 2027 contará com valor insuficiente para satisfação da verba, necessitando, assim, de complementação no orçamento, como já ocorrera no exercício corrente.

O Sr. Diretor-Geral informou, também, que o orçamento considerou a construção do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, projeto para o qual já foi incluída metade do valor total da obra.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Vencida a pauta, o Sr. Diretor-Geral solicitou a oportunidade para abordar o tema “assistência à saúde suplementar de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho”, iniciando por rememorar sobre a glosa de 15% que incide, desde o começo deste ano, sobre o valor líquido pago a esse título a magistrados e servidores, a qual, a depender do que será repassado ao Tribunal, poderá ser reduzida; destacou que, mesmo com essa glosa, a situação do TRT15 é excelente, neste aspecto, se comparada com a de outros Tribunais Trabalhistas; informou, ainda, sobre o novo procedimento adotado pelo setorial orçamentário do CSJT de separar o orçamento dessa rubrica destinada a magistrados daquela que é destinada a servidores, o que traz uma preocupação adicional com relação ao custeio saúde para essa categoria.

O Sr. Presidente do SINDIQUINZE, que representa os servidores deste Tribunal nesta Comissão, informou que integra o Grupo de Trabalho formado no âmbito do CSJT para tratar deste tema e manifestou sua preocupação com a redução da previsão orçamentária do valor de custeio saúde destinado aos servidores.

Outro ponto abordado pelo Sr. Diretor-Geral foi a notícia sobre estar a Corregedoria Nacional de Justiça solicitando os cálculos dos passivos devidos aos magistrados.

Por fim, o Sr. Diretor-Geral prestou esclarecimentos adicionais solicitados pela Exma. Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani com relação ao programa de assistência à saúde para maiores de 50 anos de idade.

Antes de encerrar os trabalhos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente outorgou aos presentes a possibilidade de que outros assuntos de interesse desta Comissão pudessem ser discutidos.

Nada mais havendo para deliberar, o Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por finalizada esta reunião, às 11 horas.

Helcio Dantas Lobo Junior





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Desembargador Presidente da Comissão

